



O objetivo desse Projeto de lei é tornar o processo de exploração mineral mais transparente e com a participação ativa dos atores interessados (governo, indústria mineral e sociedade civil) no processo de discussão e elaboração das diretrizes para o setor.

O Brasil é um país privilegiado quando o assunto é disponibilidade de recursos minerais. A grande extensão territorial, a localização geográfica e sua formação geológica criaram condições para que o país apresente uma ampla oferta de diversos tipos de minérios e minerais.

Entende-se por mineração todos os processos e atividades industriais que tem por finalidade a extração de substâncias minerais do solo, a partir da perfuração ou contato com áreas de depósitos ou massas minerais das mesmas.

A atividade se relaciona em maior ou menos grau com todos os fenômenos sociais e estão ligadas com todas as questões de crescimento e desenvolvimento do país, entretanto, muito se debate e muitas são as críticas sobre esse tipo de atividade, já que seus impactos ambientais foram sempre bastante grandes, bem como a exploração indiscriminada que culmina na queda do potencial de produção e acesso a alguns tipos de materiais, que tem seu desenvolvimento bastante lento e controlado.

Por essa razão, penso ser necessário ampliar o debate com a sociedade, em especial, com os agentes diretamente envolvidos na exploração mineral para que possamos conciliar os interesses do setor, com a sustentabilidade ambiental e social dos locais impactados.

Não há dúvidas sobre a importância da atividade de exploração mineral para o desenvolvimento do país, e o desempenho do governo federal para garantir segurança jurídica à atividade de exploração mineral tem sido louvável. Mas é preciso ter cautela para não prejudicar o meio ambiente nem as cidades próximas às áreas exploradas, para evitar tragédias como o rompimento da barragem de Mariana/MG, que comprometeu de forma irreversível o meio ambiente, em especial o Rio Doce, e a vida daqueles que ali moravam.

A recente MP 791/17 demonstra o comprometimento do governo federal com o setor de mineração, mas faltou ampliar os debates em relação a pontos importantes da proposta. Também faltou a participação efetiva dos agentes envolvidos diretamente na exploração mineral.

A criação do Comitê permitirá ampliar o debate com a sociedade de forma permanente e contribuirá para a transparência das decisões.

Peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de lei.

Sala das sessões 05 de outubro de 2017.

---

**Deputado FRANCISCO FLORIANO DEM/RJ**